

AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

Estudo Técnico Preliminar 32/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 50500.020173/2026-29

2. Descrição da necessidade

Serviço de Copeiragem c/Dedicação Exclusiva - Sede BSB - ANTT

Este Estudo tem por objetivo subsidiar a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de copeiragem, a serem executados de forma contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais e disponibilização de equipamentos para atendimento aos Diretores, servidores, colaboradores, estagiários e demais pessoas que frequentam as dependências da Sede da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, em Brasília/DF.

Preliminarmente, esses serviços caracterizam-se, dentro da Administração, como uma função de suporte, garantindo o funcionamento contínuo das rotinas administrativas e o atendimento de qualidade ao público interno e externo que trabalham e/ou frequentam as dependências da Sede da ANTT, em Brasília/DF.

De acordo com a Nota Técnica 3514, da Coordenação de Infraestrutura e Serviços - CINFS, o Contrato nº 014/2024, atualmente vigente, na prestação desses serviços de copeiragem no âmbito da Sede da ANTT, possui término previsto para 31 de julho de 2026; contudo, a empresa atualmente contratada manifestou formalmente **desinteresse** na continuidade da execução do ajuste, inviabilizando a formalização de termo aditivo; e, portanto, a possibilidade de prorrogação contratual.

Desse modo, a interrupção súbita desses serviços resultaria em um prejuízo significativo com relação à salubridade e higiene, além de um risco da descontinuidade operacional o que poderia impactar indiretamente na rotina de trabalho e a própria prestação dos serviços da Agência.

Com base nessa situação, a CINFS, expôs a necessidade de uma nova contratação para esses serviços, em que são contemplados os seguintes postos:

Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
Garçom/Garçonete - 40 horas semanais	Posto	03
Copeiro(a) - 40 horas semanais	Posto	07
Encarregado (a) - 40 horas semanais	Posto	01

Os resultados pretendidos visam a eficiência, e a efetividade na prestação de serviços de copeiragem e a racionalização dos gastos. Ao transferir essas atividades para prestadores de serviços, a ANTT racionaliza sua força de trabalho de acordo com sua missão institucional, seu planejamento estratégico e suas diretrizes, a exemplo de: melhorar o aproveitamento dos Recursos Humanos; assegurar a infraestrutura apropriada às atividades fins; desenvolver competências essenciais dos servidores; fortalecer a imagem da Agência perante a sociedade; otimizar os processos de trabalho; e, racionalizar os custos.

Os pretensos serviços caracterizam-se como atividades acessórias, não estando inseridos nas atribuições dos cargos de carreira da Agência, tampouco se enquadrando nas vedações e exceções previstas no art. 48 da Lei nº 14.133/2021.

O § 1º do art. 3º do Decreto nº 9.507, de 2018, aplicável a toda a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e sociedades de economia mista, explicita que somente poderão ser objeto de execução indireta “Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.”

Por sua vez, a Instrução Normativa n.º 05/2017 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPDG e suas atualizações estabelecem que podem ser contratados pela Administração Pública os serviços de terceiros que apoiam a realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional do órgão, sendo que, na relação dessas atividades se encontra a prestação de serviços de copeiragem.

Logo, a prestação dos serviços não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração (Contratante) CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Os serviços de copeiragem a serem contratados caracterizam-se como serviços comuns, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade amplamente definidos e praticados no mercado, permitindo sua descrição objetiva no processo de contratação.

A demanda está alinhada ao Planejamento Estratégico 2024-2030 da ANTT, de acordo com o Objetivo Estratégico 17 - Aprimorar o uso racional e sustentável dos recursos financeiros e logísticos. O planejamento da contratação foi realizado com a ciência e observância do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação, conforme parceria técnica entre Advocacia-Geral da União e o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, constante no link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/manuais/manual-fase-interna/guia-de-padronizacao-dos-procedimentos-de-contratacao.pdf>.

Por não se encaixarem em qualquer dos incisos do art.23 da lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, as informações presentes nos autos não serão classificadas como ultrassecretas, secretas ou reservadas.

A Lei 14.133/2021 dispõe, como regra, que os atos praticados no processo licitatório são públicos, mas que a publicidade poderá ser diferida quanto ao orçamento da Administração:

Art. 13. Os atos praticados no processo licitatório são públicos, ressalvadas as hipóteses de informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, na forma da Lei.

Parágrafo único. A publicidade será diferida: [...]

II – quanto ao orçamento da Administração, nos termos do art. 24 desta Lei.

Como no presente processo as informações nele inseridas não são imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, esta equipe de planejamento destaca que seu orçamento poderá ter publicidade imediata.

Dimensionamento da força de trabalho necessária

Cabe informar que a força de trabalho a ser utilizada para a nova contratação não será alterada, mantendo-se o mesmo quantitativo do Contrato vigente, de acordo com o 2º Termo Aditivo do Contrato nº 014/202, o qual atende as necessidades da Agência.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CINFS - COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	ANA CAROLINA MACEDO LÜBCKE

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 JUSTIFICATIVA PARA NÃO UTILIZAÇÃO DO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO

O Catálogo Eletrônico de Padronização, disponibilizado e gerenciado pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, tem como objetivo a padronização de itens (bens e serviços) a serem contratados pela Administração Pública, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133, de 2021, e pela Portaria SEGES/ME nº 938, de 2022.

O catálogo é utilizado para facilitar a licitação de itens com critérios de julgamento baseados no menor preço ou maior desconto, além das contratações diretas previstas na legislação.

No entanto, ao consultar o Catálogo Eletrônico de Padronização, observa-se que os serviços necessários para a presente contratação não estão previstos ou padronizados, limitando-se às opções de itens como café, açúcar e água mineral sem gás, conforme consulta realizada no site <<https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao>>.

4.2 REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIDADE

Os principais padrões de qualidade exigidos são:

Higiene e Organização (Essencial)

- **Limpeza e Esterilização:** Os utensílios (xícaras, copos, talheres, garrafas térmicas) devem ser rigorosamente limpos, higienizados e esterilizados após cada uso;
- **Manutenção da Copa:** O ambiente da copa deve ser mantido limpo, organizado e higienizado;
- **Gestão de Utensílios:** Garantir que copos sujos não fiquem espalhados e que a bancada de trabalho esteja sempre organizada.

Qualidade no Atendimento e Serviço

- **Disponibilidade:** Manter garrafas térmicas com café e água abastecidas e prontamente disponíveis;
- **Atendimento Cordial:** Servir água e café com atenção, preferencialmente utilizando bandejas;
- **Rapidez e Agilidade:** Atender às solicitações internas de forma ágil, facilitando o trabalho das equipes.

Qualificação da Mão de Obra

- **Experiência:** Profissionais com prática comprovada em carteira profissional;
- **Escolaridade:** Geralmente é exigido o Ensino Fundamental completo para os postos de Garçom/Garçonete e Copeiro/Copeira; e, para o posto de Encarregado/Encarregada, será exigido o Ensino Médio Completo.

4.3 REQUISITOS E CONDIÇÕES DA MÃO DE OBRA A SER EMPREGADA NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

POSTO DE TRABALHO DE GARÇOM/GARÇONETE (CBO - 5134-05):

Atividades atribuídas ao posto de trabalho GARÇOM/GARÇONETE:

Preparar os ambientes para servir refeições, lanches, água e café, conforme orientação da Fiscalização;

Servir refeições, água, sucos, café e outras bebidas quentes para os Diretores e Superintendentes e seus convidados, obedecendo às peculiaridades dos pedidos e as regras de praxe, munido de todo material necessário ao bom atendimento;

Montar, decorar, desmontar e higienizar carrinhos, mesas e bandejas;

Prestar serviços por ocasião de realização de eventos, recepções e audiências organizados pela ANTT;

Manter-se nos postos de trabalho, não devendo afastar-se de suas atividades principalmente para atender a chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;

Observar rigorosamente as normas e procedimentos de Boas Práticas para serviços de alimentação (RDC ANVISA n.º 216/2004);

Comunicar de imediato, qualquer dificuldade, iminente falta de material ou defeito no equipamento ou outro fato que venha a interferir na boa execução dos serviços;

Manter a adequada integração com os serviços da copa, para o bom andamento do trabalho.

Requisitos ao posto de trabalho GARÇOM/GARÇONETE:

Jornada de Trabalho: 40 horas semanais;

Grau de instrução: Ensino Fundamental Completo;

Habilidades:

Ética - capacidade de adotar comportamentos e relacionamentos que observem os valores e normas adotados no ambiente de trabalho;

Gerenciamento do tempo - capacidade de gerenciar o próprio tempo na realização das atividades relacionadas ao respectivo cargo;

Comprometimento - capacidade de vincular-se ao trabalho de forma assídua e pontual, bem como proativa;

Iniciativa – capacidade de buscar soluções e intermediar problemas relacionados ao trabalho;

Atitudes:

Altruísmo - capacidade de abdicar de interesses pessoais em benefício de outras pessoas ou do interesse público;

Disposição - capacidade de estar sempre alerta e disponível, iniciativa e entusiasmo;

Empatia - capacidade de se imaginar no lugar de outras pessoas e de compreender seus sentimentos, desejos, ideias e ações;

Flexibilidade - capacidade de se adaptar às mudanças e rever pontos de vista, abertura para feedbacks e ideias diferentes;

Pontualidade - capacidade de realizar os compromissos e afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade;

Profissionalismo - capacidade de demonstrar excelência, valores honráveis, padrões, ética e bom caráter;

Equilíbrio emocional - capacidade de trabalhar sob pressão, resistência à frustração, maturidade e resiliência.

POSTO DE TRABALHO COPEIRO(A) (CBO - 5134-25):

Atividades atribuídas ao posto de trabalho COPEIRO(A):

Preparar café e disponibilizá-lo em garrafas térmicas, na frequência e no horário fixado pela ANTT;

Desmontar e fazer a limpeza geral da máquina de café e das garrafas térmicas;

Manter a conservação, asseio e limpeza dos utensílios da copa, dos equipamentos e das instalações, realizando higienização imediatamente após o uso e quantas vezes forem necessárias;

Montar, decorar, desmontar e higienizar carrinhos, mesas e bandejas;

Prestar serviços por ocasião de realização de eventos, recepções, audiências e lanches organizados pela ANTT;

Disponibilizar, nas copas, açúcar e adoçante;

Limpar e higienizar as geladeiras, micro-ondas e outros equipamentos das copas, semanalmente, ou sempre que necessário;

Manter-se nos postos de trabalho, não devendo afastar-se de suas atividades principalmente para atender a chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;

Observar rigorosamente as normas e procedimentos de Boas Práticas para serviços de alimentação (RDC ANVISA n.º 216/2004);

Manter adequada integração e auxiliar os garçons, para o bom andamento dos trabalhos;

Comunicar de imediato, qualquer dificuldade, iminente falta de material ou defeito no equipamento ou outro fato que venha interferir na boa execução dos serviços.

Requisitos ao posto de trabalho de COPEIRO(A):

Jornada de Trabalho: 40 horas semanais;

Grau de instrução: Ensino Fundamental completo;

Habilidades:

Ética - capacidade de adotar comportamentos e relacionamentos que observem os valores e normas adotados no ambiente de trabalho;

Gerenciamento do tempo - capacidade de gerenciar o próprio tempo e o dos outros considerando as atividades a serem realizadas ;

Comprometimento - capacidade de vincular-se ao trabalho de forma assídua e pontual, bem como proativa;

Iniciativa – capacidade de buscar soluções e intermediar problemas relacionados ao trabalho;

Atitudes:

Altruísmo - capacidade de abdicar de interesses pessoais em benefício de outras pessoas ou do interesse público;

Disposição - capacidade de estar sempre alerta e disponível, iniciativa e entusiasmo;

Empatia - capacidade de se imaginar no lugar de outras pessoas e de compreender seus sentimentos, desejos, ideias e ações;

Flexibilidade - capacidade de se adaptar às mudanças e rever pontos de vista, abertura para feedbacks e ideias diferentes;

Pontualidade - capacidade de realizar os compromissos e afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade;

Profissionalismo - capacidade de demonstrar excelência, valores honráveis, padrões, ética e bom caráter;

Equilíbrio emocional - capacidade de trabalhar sob pressão, resistência à frustração, maturidade e resiliência.

POSTO DE TRABALHO ENCARREGADO(A) (CBO - 4101-05):**Atividades atribuídas ao posto de trabalho ENCARREGADO(A):**

Orientar os profissionais alocados nos postos de trabalho, distribuir as tarefas e verificar a qualidade dos serviços no âmbito da ANTT;

Acompanhar e orientar a execução do cumprimento dos serviços estabelecidos para os ocupantes dos postos de trabalho, de forma ágil e eficiente;

Implantar de forma adequada a planificação, a execução e a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de maneira meticulosa e constante, mantendo sempre em ordem todas as áreas indicadas neste Termo de Referência;

Manter a ordem, a disciplina e o respeito de todo o pessoal da Contratada, orientando e instruindo seus subordinados na forma de agir;

Evitar situações de atrito ou confronto com servidores ou visitantes da ANTT, buscando, em caso de dúvida, esclarecimentos e orientações junto à Fiscalização;

Cumprir e fazer com que os profissionais cumpram rigorosamente os horários de funcionamento dos postos de trabalho contratados;

Observar rigorosamente as normas e procedimentos de Boas Práticas para serviços de alimentação (RDC ANVISA n.º 216/2004);

Controlar a assiduidade, pontualidade e movimentação dos empregados, por meios próprios, devendo comunicar à Fiscalização as ausências detectadas e acompanhar a substituição dos profissionais faltantes, de maneira que não haja prejuízo dos serviços executados;

Supervisionar rotinas administrativas, com poderes para tratar com a ANTT sobre todos os assuntos relacionados à execução do contrato, fiscalizar e orientar para o correto uso do crachá, dos uniformes e dos equipamentos, providenciando a substituição de peças dos uniformes desgastadas ou que já não apresentem condições favoráveis de uso, bem como sua reposição, de acordo com os prazos estabelecidos;

Manter contato permanente com a Fiscalização do contrato munido de toda documentação atualizada, sob sua responsabilidade;

Elaborar relatórios mensais;

Controlar o estoque de materiais;

Verificar e manter os equipamentos em condições adequadas de uso;

Executar demais atividades correlatas.

Requisitos ao posto de trabalho ENCARREGADO(A) :
Jornada de trabalho: 40 horas semanais;
Grau de instrução: Ensino Médio completo;
Conhecimento em Sistema Operacional Windows, navegadores de internet, ferramentas de busca, correio eletrônico, editores de textos e apresentações e planilhas eletrônicas.

Habilidades:

Comunicação e Concentração - capacidade de ficar alerta, selecionar informações importantes, bloquear sinais irrelevantes e direcionar o pensamento;

Ética - capacidade de adotar comportamentos e relacionamentos que observem os valores e normas adotados no ambiente de trabalho;

Gerenciamento do tempo - capacidade de gerenciar o próprio tempo e o dos outros considerando as atividades a serem realizadas;

Resolução de problemas – capacidade de percepção e criação de estratégias efetivas para resolver situações novas ou mal definidas.

Atitudes:

Altruísmo - capacidade de abdicar de interesses pessoais em benefício de outras pessoas ou do interesse público;

Disposição - capacidade de estar sempre alerta e disponível, iniciativa e entusiasmo;

Empatia - capacidade de se imaginar no lugar de outras pessoas e de compreender seus sentimentos, desejos, ideias e ações;

Flexibilidade - capacidade de se adaptar às mudanças e rever pontos de vista, abertura para feedbacks e ideias diferentes;

Pontualidade - capacidade de realizar os compromissos e afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade;

Profissionalismo - capacidade de demonstrar excelência, valores honráveis, padrões, ética e bom caráter;

Equilíbrio emocional - capacidade de trabalhar sob pressão, resistência à frustração, maturidade e resiliência.

4.4 SALÁRIO BASE E DEMAIS BENEFÍCIOS DOS FUNCIONÁRIOS

Tabela – Salários Mensais

ITEM	CARGO	SALÁRIO BASE	CONVENÇÃO COLETIVA
1	Garçom/Garçonete	R\$ 2.749,17	DF000019/2026
2	Copeiro(a)	R\$ 1.862,09	DF000019/2026

3	Encarregado (a)	R\$ 4.418,68	DF000019/2026
---	-----------------	--------------	---------------

Conforme o disposto na alínea "b", item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, o pagamento dos salários dos empregados pela empresa contratada deverá ser feito por depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços. O depósito dos salários e todos os benefícios deverão ocorrer até o 5º dia útil do mês posterior a execução do serviço, conforme previsto na CLT.

Os demais benefícios, não poderão ser inferiores aos estabelecidos em sentença normativa ou lei, Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva de Trabalho à qual a Contratada ou profissionais estejam vinculados.

O atraso no pagamento dos salários, décimo terceiro e férias e demais benefícios, além de ensejar a aplicação das penalidades administrativas previstas no contrato, poderá ensejar no pagamento das possíveis multas previstas na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, em favor do empregado. Caso a empresa não realize o pagamento, o mesmo poderá ser retido dos créditos da empresa e pagos diretamente ao funcionário, obedecido em todo caso, o direito ao contraditório e ampla defesa.

A contratada deverá colher a assinatura do empregado no holerite, somente após a efetiva disponibilização de seu pagamento (data em que o crédito foi efetuado na conta do prestador).

O vale Transporte deverá ser fornecido antecipadamente ao início da prestação dos serviços, em conformidade com o art. 1º da Lei nº 7.418/1985 e art. 107 do Decreto nº 10.854/2021.

O vale refeição deverá ser fornecido antecipadamente ao início da prestação dos serviços, ou concedido no prazo previsto na Convenção Coletiva de Trabalho vinculada à categoria.

A contratada deverá realizar o pagamento e/ou conceder os demais benefícios dentro dos prazos e condições estabelecidas na proposta e/ou Convenção, Acordo ou Dissídio Coletivo utilizada como parâmetro da proposta.

4.5 JORNADA DE TRABALHO, CONTROLE DE FREQUÊNCIA E SUBSTITUIÇÃO

Para os serviços terceirizados acessórios e complementares dos postos de trabalho listados a carga horária mensal será de 200 (duzentos) horas ou 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com a IN SEGES/MGI nº 190 /2024, com o devido intervalo para alimentação, conforme normas trabalhistas e Convenção Coletiva da Categoria, em jornadas diárias de 08h de segunda à sexta feira, perfazendo 40h semanais.

Será expressamente proibida a realização de horas extras na realização dos serviços, devendo a contratada orientar os funcionários e realizar o controle da frequência e carga horária na execução dos serviços.

Também não será permitida a realização de banco de horas, sendo permitido somente o acordo de compensação previsto em parágrafo anterior, bem como nos casos de permissão de participação de recesso e/ou necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos, devendo nestas últimas situações se observar as orientações e regras previstas no Termo de Referência, na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024 e demais normas e orientações emitidas pela SEGES/MGI.

O controle do cumprimento da carga horária dos seus funcionários será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, cabendo exclusivamente à mesma, a substituição dos funcionários nas ocorrências de faltas ou interrupções no cumprimento da carga horária, a fim de evitar a descontinuidade na prestação dos serviços.

A contratada deverá orientar os prestadores de serviços que em caso de falta, ausência no local de trabalho, atrasos ou licenças, deverá informar primeiramente à Contratada através de seu preposto, que se incumbirá de comunicar o fiscal setorial ou seu substituto, e providenciar a substituição.

A Contratada deverá instruir seus empregados, que por ocasião de licença médica, o atestado original deverá ser entregue diretamente na empresa, devendo esta responsabilizar-se pela entrega da cópia para a Contratante juntamente aos documentos de medição.

Nas faltas dos prestadores de serviço, conforme a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017 e demais alterações, a CONTRATADA deve enviar substituto qualificado no prazo máximo de 02 (duas) horas, mantendo o posto sempre preenchido, devendo ser cumprido pelo substituto o restante da carga horária diária do posto.

Nos casos em que exista a conveniência e oportunidade da Administração de não ser realizada a cobertura do posto, no caso de ausência do colaborador, deverá ser realizada a glosa do posto descoberto na medição, sem que isto configure descumprimento do contrato. Da mesma forma, caso haja interesse do trabalhador na compensação de jornada, não haverá a glosa de descobertura e deverão ser seguidas as condições previstas no Termo de Referência, na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024 e demais normas e orientações

emitidas pela SEGES/MGI.

No caso da substituição, o(a) substituto(a) deverá ser previamente apresentado(a) ao fiscal setorial do contrato e deverá usar uniforme (para os postos que exigem uniforme) e crachá de identificação, bem como estar munido do controle de frequência ou documento de apresentação de substituto, devendo a contratada encaminhar tal documento na medição para fins de comprovação de cobertura do posto.

A contratada deverá substituir, sempre que solicitado e justificado pela contratante, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da contratante ou ao interesse do Serviço Público, ou ainda entendida como inadequada para prestação de serviços.

O funcionário substituto terá direito a receber o seu salário ou a diferença entre este e o salário do substituído, caso o salário seja maior, bem como os demais benefícios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho, devendo tais comprovações serem apresentadas obrigatoriamente pela contratada no faturamento.

A contratada deverá orientar os prestadores de serviços que em caso de falta, ausência no local de trabalho, atrasos ou licenças, deverá informar primeiramente à Contratada através de seu preposto, que se incumbirá de comunicar o fiscal setorial ou seu substituto, e providenciar a substituição.

4.6 UNIFORMES

Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado

O conjunto de uniformes deverá ser composto das peças e especificações conforme a categoria e sexo do profissional, estando resguardado à ANTT o direito de exigir a substituição daqueles julgados inadequados.

Para o início do contrato de trabalho a contratada deverá fornecer aos seus funcionários 02 (dois) conjuntos completos garçom/garçonete e encarregado(a) (2 ternos completos, 2 camisas, 2 gravatas, 1 cinto, 1 par de sapato e 2 meias), 02 (dois) conjuntos completos copeiro(a) (2 calças/saia, 2 camisas, 1 avental, 2 toucas, 1 par de sapato e 2 meias), ao empregado, no início da execução do contrato, sendo substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação, conforme a convenção coletiva da categoria (CCT Nº DF000019/2026);

Todos os uniformes deverão seguir o padrão das normas do Ministério do Trabalho e estarão sujeitos à prévia aprovação da ANTT, devendo a Licitante Vencedora submeter amostra do modelo, cor e qualidade do tecido, podendo ser solicitada a substituição dos que não corresponderem às especificações.

No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

4.7 FÉRIAS DOS FUNCIONÁRIOS

A contratada deverá apresentar ao fiscal do contrato uma planilha de programação de férias a cada encerramento de período aquisitivo.

Em conformidade com o art. 3 do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, a contratada deverá assegurar aos colaboradores a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço.

As férias devem ser comunicadas, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência aos funcionários, obedecendo o disposto pela Lei nº7.414, de 9 de dezembro de 1985.

A cópia do recibo de participação, conforme art. 135 da citada lei, deverá ser encaminhada ao fiscal do contrato nos documentos de medição e faturamento.

4.8 MECANISMOS DE CONTROLE INTERNO PARA RISCOS DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Em cumprimento ao §2º do art. 18 da IN/SEGES 5/2017, opta-se pela utilização da Conta Depósito Vinculada bloqueada para movimentação nas contratações de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra com o objetivo de mitigar a responsabilização da Administração Pública, garantindo os recursos necessários para o cumprimento de obrigações sociais e trabalhistas, em caso de inadimplemento da contratada durante a execução do contrato, bem como na extinção ou rescisão do contrato administrativo.

Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias em razão dos termos do Acordo de Cooperação firmado pela ANTT com a instituição financeira do Banco do Brasil.

Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Adotar práticas de uso racional de água e energia elétrica na execução dos serviços, orientando seus empregados quanto ao consumo consciente;

Utilizar, sempre que possível, produtos de limpeza e conservação que atendam a critérios de menor impacto ambiental, tais como biodegradabilidade, baixa toxicidade e regularização junto aos órgãos competentes;

Priorizar o uso de materiais reutilizáveis, evitando o emprego de descartáveis, salvo em situações devidamente justificadas;

Realizar a adequada segregação dos resíduos gerados, observando as diretrizes de coleta seletiva, quando implementada no órgão, e promovendo a destinação ambientalmente adequada;

Promover a capacitação periódica dos profissionais alocados quanto às boas práticas de sustentabilidade, saúde e segurança do trabalho;

Cumprir integralmente a legislação ambiental, sanitária e de segurança do trabalho vigente.

4.9 SUBCONTRATAÇÃO

Dada a natureza essencial dos serviços e a necessidade de padronização e qualidade consistente, a subcontratação não será permitida, sendo necessário que a contratada assuma a execução integral das atividades, garantindo atendimento pleno aos requisitos de qualidade e conformidade regulamentar.

4.10 GARANTIA DE EXECUÇÃO

A exigência de uma garantia contratual no valor de 5% do contrato para a prestação de serviços de copeiragem para a Sede da ANTT em Brasília se fundamenta no art. 98 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e na Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017. Esta garantia visa mitigar riscos inerentes à execução do contrato, proteger os interesses da Administração e garantir a qualidade da prestação dos serviços essenciais.

4.11 VISTORIA

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **09** horas às **17** horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente.

4.12 PRAZO DE VIGÊNCIA INICIAL DA CONTRATAÇÃO

Quanto ao prazo de vigência da contratação ser de 12 (doze) meses, com a possibilidade de ser prorrogável até o limite de 10 (dez) anos, contribui para que a contratação em questão seja considerada mais atrativa para o mercado. Essa possibilidade de prorrogação está em conformidade com a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), que, em seus artigos 106 e 107, estabelece que a Administração Pública poderá estabelecer prazos contratuais mais longos para serviços contínuos, com o intuito de garantir a continuidade da execução de serviços essenciais e a obtenção de condições mais vantajosas, tanto em termos financeiros quanto operacionais.

4.13 INDICAÇÃO DE MARCA E MODELOS

Apenas a título de referência, de modo a melhorar a compreensão do objeto a ser licitado, serão identificadas determinadas marcas e modelos para os materiais a serem utilizados para a execução dos serviços, o que não impede do licitante de fornecer materiais ou equipamentos de qualidade similar ou superior.(41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021).

4.14 REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução será o da empreitada pelo preço unitário.

Esse tipo de regime de execução oferece uma melhor flexibilidade e controle por parte da fiscalização, uma vez que o pagamento é feito com base nas medições dos serviços efetivamente realizados.

Além de que, preza pelos princípios de eficiência e transparência, pois facilita a fiscalização e auditoria, já que o pagamento está diretamente ligado às medições, o que aumenta a transparência e reduz a possibilidade de fraudes.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

Na hipótese de substituição da empresa contratada, a contratada anterior deverá manter, quando solicitado pela Administração, os equipamentos essenciais à continuidade dos serviços por período mínimo de até 10 (dez) dias úteis corridos após o encerramento contratual, ou até a plena disponibilização dos equipamentos pela nova contratada, o que ocorrer primeiro.

5. Levantamento de Mercado

Após análise de contratações similares feitas por outros órgão e entidades, por meio de consultas a outros editais e consultas no Painel de Preços/COMPRASNET, com o objetivo de identificar novas metodologias que melhor atendam às necessidades da Administração, identificamos algumas soluções de mercado:

SOLUÇÃO	TIPO DE CONTRATAÇÃO	VANTAGENS	DESVANTAGENS
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento automático de café, chá e bebidas quentes	Redução de custos com postos de trabalho e insumos para produção de café; Maior variedade de bebidas quentes; Fornecimento de insumos e descartáveis	Café expresso não satisfaz todos os paladares, por ser considerado mais forte e encorpado; Risco de proliferação de máquinas de coar café em salas.

2	Contratação de empresa terceirizada na prestação de serviço de copeiragem mediante alocação de postos	<p>Atendimento por meio de ordens de serviços que traz flexibilidade e possibilidade de atendimento de acordo com a disponibilidade do horário de funcionamento dos postos;</p> <p>Medição dos serviços mediante o controle do horário de funcionamento dos postos de trabalho, com glosa da jornada sem cobertura.</p>	<p>Maior complexidade de gestão de contratos de postos de trabalho;</p> <p>Necessidade contratação de insumos e materiais para os serviços;</p> <p>Disponibilidade de café limitada ao funcionamento do posto de trabalho.</p>
3	Contratação de empresa terceirizada na prestação de serviço de copeiragem mediante postos de trabalho com fornecimento de materiais e utensílios	<p>Medição dos serviços mediante o controle do horário de funcionamento dos postos de trabalho, com glosa da jornada sem cobertura.</p> <p>Limpeza e higienização de geladeiras, micro-ondas, pias bancadas, armários, mesas e outros equipamentos, utensílios e móveis de copa.</p> <p>Prestação dos serviços de copeiragem em reuniões,</p>	<p>Maior complexidade da gestão de contratos com alocação da mão de obra.</p>

		eventos institucionais e outros os quais demandem o serviço.	
--	--	--	--

A solução 3, que abrange o serviço de copeiragem (copeiro(a), garçom/garçonete e encarregado(a) com fornecimento de materiais e demais insumos é a solução mais viável para a necessidade da Agência, levando-se em conta o aspecto cultural na sistemática dos serviços de copa, pois há o oferecimento de café em salas, pelas copeiras, por meio de garrafas em carrinhos, os garçons realizam reposição de água e serviço de café em bandejas para chefias e em reuniões e outros eventos da Agência.

As atividades que fazem parte deste processo de contratação estão contempladas no inciso VII - copeiragem do art. 1º da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, que estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, o que denota sua necessidade de terceirização.

6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo abrange a contratação de serviços de copeiragem, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais e disponibilização de equipamentos para atendimento das demandas nas instalações ocupadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, em Brasília/DF a ser realizada de forma indireta, por intermédio da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.

Trata-se de serviços comuns, com fornecimento de mão de obra continuada, a serem contratados mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido ato normativo, cuja execução indireta é vedada.

Quanto à natureza o objeto pode ser definido como de natureza continuada, estendendo-se, portanto, por mais de um exercício financeiro.

O critério adotado será o de menor preço, sem divisibilidade do objeto.

O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

A execução do serviço iniciará após assinatura do contrato.

Os serviços de copeiragem, especificados na tabela do subitem 1.1, abrangerão as instalações da ANTT no Distrito Federal, conforme endereços na tabela a seguir:

Instalações da ANTT no DF	Postos de Trabalho	Insumos	ENDEREÇOS	Telefones
Edifício Sede da ANTT	x	x	SCES Trecho 3 Lote 10 Polo 8 Projeto Orla Brasília - DF CEP:70.200-003	(61) 3410-1004

PFA da Rodoviária Interestadual de Brasília		x	*Setor de Múltiplas Atividades Sul, Trecho 4, Conjunto 5, 6, Asa Sul, Salas 03 e 04, Brasília/DF, CEP 70610-635	(61) 3410- 1004
---	--	---	--	--------------------

*Os insumos deverão ser entregues no Edifício sede da ANTT

Rotinas a serem cumpridas

A prestação dos serviços dar-se-á, preferencialmente, nos dias úteis, entre 6 horas e 22 horas.

Excepcionalmente, por interesse e conveniência a Contratante e mediante sua prévia autorização, poderão ser executados serviços em horário diverso do convencionado neste Termo de Referência, a fim de serem evitados transtornos ao funcionamento normal da Autarquia.

Os serviços deverão ser executados por profissionais que atendam às especificações contidas neste Termo de Referência.

Cada Posto de Trabalho envolverá 01 (um) profissional em jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

A jornada de trabalho dos ocupantes dos postos de trabalhos alocados na prestação dos serviços obedecerá ao estabelecido pela legislação em vigor ou por convenção, acordo ou dissídio coletivo aplicável à respectiva categoria.

Materiais a serem disponibilizados

Para a execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no item 7 deste Estudo.

As listagens de materiais de consumo e de materiais para limpeza das copas são apenas indicativas e não exaustivas, cabendo ser adequadas e dimensionadas pela Contratada para a boa prestação dos serviços.

As marcas de produtos indicadas na relações acima servem apenas como referência de padrão de qualidade, e, portanto, não possuem caráter restritivo. Outras marcas serão aceitas, desde que suas qualidades sejam comprovadamente similares ou superiores às dos produtos indicados neste Termo de Referência.

Os utensílios a serem fornecidos, especialmente louças (xícaras, pires, pratos e similares), deverão observar padronização estética e de modelo, devendo pertencer à mesma linha e padrão visual. A Contratada deverá submeter previamente amostras à aprovação da fiscalização, antes do fornecimento definitivo.

A Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais, equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços até o primeiro dia de início da prestação dos serviços, devidamente organizados e aptos para uso.

Todos os materiais, utensílios, equipamentos a serem utilizados na execução dos serviços deverão ser previamente submetidos à aprovação da fiscalização, antes de sua utilização, podendo ser rejeitados aqueles que não atendam às especificações estabelecidas.

A Contratada terá responsabilidade sobre o uso e a manutenção dos equipamentos/utensílios listados neste Termo de Referência e sobre os que forem formalmente atribuídos ao serviço objeto deste Termo de Referência, por parte da ANTT.

A Contratada não terá responsabilidade sobre o uso e a manutenção dos materiais pertencentes a serviços de terceiros que complementem o serviço de Copeiragem.

Todo equipamento elétrico, que porventura venha a ser utilizado pela Contratada, deverá ser de máxima eficiência energética, bem como munido de fiação elétrica de tamanho suficiente para seu uso.

Equipamento que necessite de proteção elétrica deverá vir acompanhada desse dispositivo, cuja aquisição é de responsabilidade da Contratada.

Equipamento que possua tomada elétrica fora do Padrão ABNT NBR 14136:2002 / IEC 60906-1 deverá ser acompanhada de adaptador, quando necessário.

Não serão admitidas tomadas que não possuam aterramento elétrico dentro dos padrões estabelecidos em norma técnica por instituição credenciada.

Equipamento e/ou utensílio que esteja abaixo do padrão de qualidade estipulado pela ANTT não será aceito, e deverá ser substituído, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, salvo em caso das máquinas industriais de café, cujo prazo para substituição pode ser estendido pelo fiscal do Contrato.

A Contratada deverá apresentar à ANTT, no início da execução dos serviços, relação de todo o equipamento /utensílio, atualizando-os sempre que ocorrer alteração, bem como promover a identificação dos mesmos, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da ANTT e/ou outra empresa prestadora de serviço.

A retirada de qualquer máquina e equipamento disponibilizado para execução do serviço deverá ser comunicada, por escrito, ao Gestor do Contrato.

Durante a execução do contrato, se constatado que os materiais e equipamentos fornecidos não atendem às necessidades quanto ao desempenho, a Contratada deverá substituí-los, devendo apresentar outros novos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados, devendo, ainda, proceder à prévia aprovação da Contratante.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

Dos Salários-Base atribuídos aos Postos de Trabalho, de acordo com a Convenção Coletiva vigente:

Tabela – Salários Mensais

ITEM	CARGO	SALÁRIO BASE	CONVENÇÃO COLETIVA
1	Garçom/Garçonete	R\$ 2.749,17	DF000019/2026
2	Copeiro(a)	R\$ 1.862,09	DF000019/2026
3	Encarregado (a)	R\$ 4.418,68	DF000019/2026

Para os serviços terceirizados acessórios e complementares dos postos de trabalho listados, a carga horária mensal será de 200 (duzentos) horas ou 40 (quarenta) horas semanais.

Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com a Instrução Normativa nº 05/2017 (SEGES/MP), com a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176/2024 e com o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, especialmente o Acórdão nº 1207/2024-Plenário, as licitantes deverão elaborar suas propostas observando, obrigatoriamente, os custos mínimos decorrentes de obrigações legais, normativas e convencionais, especialmente aqueles relativos à remuneração, encargos sociais e benefícios previstos em legislação e em Convenção Coletiva de Trabalho.

Não serão admitidas propostas que apresentem valores inferiores aos custos mínimos obrigatórios, quando estes comprometerem a exequibilidade da contratação, podendo a Administração promover diligências para aferir a consistência e a viabilidade da proposta apresentada, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias aos serviços, conforme preceitua o Art. 125 da lei 14.133/2021.

A Contratante somente efetuará o pagamento dos serviços efetivamente executados, não se atribuindo a ela obrigações de pagamento de quaisquer valores, seja a título de franquias, garantia ou quaisquer outros motivos.

Para a elaboração da Planilha de Custos e Formação de Preços, deverá ser considerado o valor do salário-base constante da tabela do subitem 5.8 "Dos Salários-Base atribuídos aos Postos de Trabalho - Tabela – Salários Mensais."

Segundo disposto no Anexo I, inciso XXII, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, o salário a ser efetivamente pago ao profissional dos Postos de trabalho, deverá ser definido de acordo com a utilização de um dos seguintes critérios:

Sentença normativa ou lei, acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho;

Salários praticados no mercado ou apurados em publicações ou pesquisas setoriais

É importante frisar que para a elaboração dos valores de referência salarial foi levada em conta ampla pesquisa realizada em diversos órgãos da Administração Pública Federal que possuem serviços análogos, levando-se em conta a similaridade das atribuições.

Os salários dos profissionais, não poderão ser inferiores aos estabelecidos neste Termo de Referência, em sentença normativa ou lei, acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho do sindicato ao qual os profissionais estejam vinculados.

Da Apresentação da Planilha de Custos e Formação de Preços:

As licitantes deverão apresentar Planilha de Custos e Formação de Preços, nos moldes estabelecidos no Anexo VII - D da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05/2017, sendo uma planilha para cada Posto de trabalho, nas quais deverão conter os componentes de custos e despesas incidentes na prestação dos serviços e que tenham impacto financeiro para a Administração Pública Federal, tais como: remuneração, encargos sociais, encargos tributários, despesas operacionais, administrativas, lucro, benefícios diretos e indiretos tais como: auxílio-alimentação ou refeição (cabendo aos profissionais dos Postos de trabalho a opção por um ou outro), vale-transporte, e outros.

Não há previsão de horas-extras para os postos de trabalho de Garçom/Garçonete, Copeiro(a) e Encarregado(a).

Especificação da garantia do serviço

O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa da quantidade dos postos e a quantidade de materiais, equipamentos e utensílios necessários foi estabelecida pela área demandante conforme Nota Técnica - ANTT 3514 (ANEXO I) e Despacho (ANEXO II), que o retifica, conforme tabela abaixo:

Categoria Profissional	Qtd.
Garçom - 40 horas semanais	3
Copeiro (a) - 40 horas semanais	7
Encarregado (a) - 40 horas semanais	1

Materiais de Consumo, Limpeza das Copas, Utensílios e Equipamentos:

Seguem as quantidades estimadas e qualidades (marca de referência) dos materiais, equipamentos e utensílios que devem ser disponibilizados para a perfeita execução dos serviços:

MATERIAL DE CONSUMO		
Material	Unidade de medida	Média Mensal
Açúcar Cristal	quilo	140
Açúcar Refinado	quilo	20
Adoçante Líquido	Frasco com 100ml	25
Café moído Categoria Superior (Nível de Qualidade de 6,0 a 7,3 pontos, classificação ABIC)	Quilo	270
Chá de sabores variados (Preto, Boldo, Erva Doce, Hortelã, Cidreira, Verde, Camomila e Mate Original)	Caixa com 10 sachês	450
Copo descartável de papel biodegradável, 60ml, cor branca, alta resistência, ideal para bebidas quentes e frias, revestimento interno impermeável atóxico, gramatura mínima 180g/m², conforme normas ANVISA.	Unidade	1500
Copo descartável de papel biodegradável, 180ml, cor branca, alta resistência, ideal para bebidas quentes e frias, revestimento interno impermeável atóxico, gramatura mínima 180g/m², conforme normas ANVISA.	Unidade	2000
Coador de pano para cafeteira industrial (10L)	Unidade	10
Coador de papel para cafeteira industrial (capacidade para 30 xícaras)	Caixa com 30 unidades	2
Forro de bandeja de plástico 100% vinil (40 cm)	Unidade	3
Guardanapo de papel 100% celulose, hidrossolúvel, macio, folha dupla, 33 cm x 33 cm	Pacote com 50 unidades	10
Água sanitária	Litro	20
Álcool 70	Litro	15
Detergente líquido	frasco com 500 ml	120

Esponja dupla face	Unidade	110
Esponja de aço	Unidade	10
Pano de chão tipo saco, alvejado, duplo, com barrado feito, 100% algodão, dimensões mínimas: 400 mm x 700 mm	Unidade	20
Pano de prato - 100% algodão - embainhado nas laterais, lavável, na cor branca, dimensões mínimas: 400 mm x 700 mm	Unidade	20
Papel toalha, 3 dobras, caixa 1.000 folhas	Caixa 1000 folhas	130
Sabão em barra 200g	Unidade	40
Limpador Multiuso	Unidade	15
Sabão em pó	quilo	5

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Item	Unidade de medida	QTD
Açucareiro inox com tampa e pá, capacidade 250g	Unidade	50
Balde de plástico reforçado de 5 litros	Unidade	25
Bandeja inox redonda, com 40 cm de diâmetro	Unidade	50
Bule de inox com bico longo e capacidade mínima de 1 L	Unidade	6
Cafeteira elétrica, capacidade para 30 xícaras, 220V, amperagem máxima 15A, potência máxima 1000W.	Unidade	1
Leiteira (fervedor) de alumínio de 3L	Unidade	14
Leiteira (fervedor) de alumínio de 1L	Unidade	10

Colher para café - inox	Unidade	300
Colher para chá - inox	Unidade	200
Copos de vidro de 330 ml, liso, transparente, sem gravuras, espessura de 2mm	Unidade	1300
Faca - inox	Unidade	40
Garfo - inox	Unidade	40
Prato para refeição branco	Unidade	40
Garrafa térmica 1 litro em inox	Unidade	150
Garrafa térmica 2 litros em inox	Unidade	200
Jarra para água em inox, com capacidade de 2 litros	Unidade	60
Máquina industrial elétrica, capacidade de 20 litros, 2 reservatórios independentes, 3 torneiras, em aço inox, potência mínima de 4.000W, tensão 220 V, com controle de temperatura, indicador luminoso e sistema de proteção contra superaquecimento, destinada ao preparo contínuo de café em ambiente institucional.	Unidade	7
Potes plásticos para açúcar/café	Unidade	15
Pratos de sobremesa branco	Unidade	40
Porta copos metálico	Unidade	300
Xícara com pires para café branca, lisa, com capacidade de aproximadamente 60 ml	Unidade	200
Xícara com pires para chá branca, lisa, com capacidade de aproximadamente 100 ml	Unidade	200
Escada de alumínio de 3 degraus	Unidade	5
Faca para sobremesa - inox	Unidade	40
Garfo para sobremesa - inox	Unidade	40

Colher para arroz	Unidade	5
Concha	Unidade	5
Tigela de louça branca multiuso 24 cm	Unidade	4
Jarra de vidro de 2 litros	Unidade	2
Rodinho de pia	Unidade	30

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.385.418,48

A estimativa do valor anual da contratação foi definida após realização de Pesquisa de Preços em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, sendo obtido o valor estimado da contratação de R\$ 1.385.418,48 (um milhão trezentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e dezoito reais, quarenta e oito centavos) anuais, conforme tabela a seguir:

QUADRO RESUMO					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD POSTOS	VALOR MENSAL DE CADA POSTO	VALOR MENSAL TOTAL	VALOR ANUAL TOTAL
1	Garçom	3	R\$ 11.374,87	R\$ 34.124,61	R\$ 409.495,32
2	Copeiro (a)	7	R\$ 9.479,19	R\$ 66.354,33	R\$ 796.251,96
3	Encarregado(a)	1	R\$ 14.972,60	R\$ 14.972,60	R\$ 179.671,20
TOTAL				R\$ 115.451,54	R\$ 1.385.418,48

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não se optou pela divisibilidade do objeto, visto que os serviços previstos devem ser licitados em uma mesma contratação, com adjudicação para um única empresa.

Justifica-se o agrupamento tendo em vista que se trata de um único item que abrange a prestação dos serviços com fornecimento de materiais, utensílios e equipamentos, em quantidade baixa, que se contratados separadamente, podem gerar desinteresse na participação de alguns licitantes e em último caso, licitação deserta.

Ademais, a jurisprudência do TCU admite a possibilidade de não parcelamento para casos de serviços terceirizados sem maior complexidade como é o presente caso. Veja-se

"O parcelamento do objeto deve ser adotado apenas na contratação de serviços de maior especialização técnica, uma vez que, como regra, ele não propicia ampliação de competitividade na contratação de serviços de menor especialização.

Representação formulada ao TCU apontou possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 7/2018, promovido pelo Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado de São Paulo (Sesi/SP) para a contratação de serviços continuados de portaria, jardinagem, limpeza e conservação, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, em prol das unidades do Sesi nos municípios de Santos, Americana, Nova Odessa e Monte Alto. Entre as irregularidades suscitadas, mereceu destaque a “possível inobservância do princípio do parcelamento do objeto nos critérios utilizados para a definição dos Lotes 1, 2 e 3, considerando, para tanto, as unidades do Sesi abrangidas por cada lote, a diversidade dos itens de serviços a serem contratados (portaria, limpeza, manutenção e jardinagem) e o fornecimento de materiais”. Instado a se manifestar, o Sesi/SP sustentou que “jardinagem, portaria, limpeza e conservação são serviços de baixa complexidade e que não demandam especialização técnica, de modo que a expertise da contratada está no recrutamento e gestão de pessoal, e não propriamente nos serviços continuados disponibilizados ao contratante”. Acrescentou ainda que “conforme jurisprudência sedimentada no âmbito do Tribunal de Contas da União, o parcelamento é desnecessário por não representar qualquer potencial vantagem ao ente contratante, nem estimular qualquer aumento da competitividade”, sendo “intuitivo que a existência de três contratos distintos, nesses casos, significaria custos três vezes maiores para sua gestão, a qual engloba controle diário sobre a efetiva prestação, avaliação do serviço, recebimento e checagem de guias de recolhimento, comprovantes e demais documentos que comprovam a regularidade da empresa no cumprimento de suas obrigações legais e trabalhistas em relação aos seus funcionários, controle. E arrematou o benefício e demais obrigações definidas por acordo ou convenção coletiva, além de todas Sesi/SP: “O certame teve ampla divulgação, as outras atividades típicas de gestão e fiscalização de contratos” conforme prática adotada na Entidade, com publicação em jornal de grande circulação (O Estado de São Paulo), Diário Oficial da União, site da entidade e quadro de avisos. Dessa forma, 31 empresas retiraram o edital e 28 participaram do certame. Não houve quaisquer questionamentos, erratas ou avisos e, mais importante, não houve impugnação ao Edital. O certame transcorreu regularmente, com ampla competitividade – quantidade de empresas participantes, quantidade de lances, redução dos valores em relação ao início da disputa, em relação aos valores propostos antes da fase de lances e em relação aos valores estimados”, além do que “a contratação tem como essência a prestação de serviços de terceirização, ou seja, cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, sendo essa a expertise da empresa, e não cada um dos serviços”. Ao apreciar as justificativas apresentadas pela entidade, a unidade técnica considerou “razoáveis as premissas que levaram ao critério de parcelamento do objeto adotado pelo Sesi/SP no Pregão Eletrônico 7/2018, mormente por se tratar de serviços não especializados – para os quais, em regra, deve ser evitado o parcelamento, em vista do disposto no item 9.1.16 do Acórdão 1.214/2013-TCU-Plenário – e por envolverem materiais de baixo custo, tais como álcool, água sanitária, sabão em pó, etc.”. Ao acolher o entendimento da unidade instrutiva, o relator aduziu as seguintes razões: “(i) mais de trinta licitantes teriam participado em cada um dos três lotes integrantes do Pregão Eletrônico 7/2018, evidenciando a satisfatória competitividade no certame; (ii) a soma dos valores nas três propostas vencedoras teria alcançado o montante de R\$ 33.500,00 ao mês (Peça 20), ao passo que a contratação teria o valor estimado de R\$ 35.799,51 ao mês, correspondendo ao desconto na ordem de 6,42% em benefício do Sesi-SP; (iii) a ausência de parcelamento do objeto teria restado justificada em face da baixa complexidade dos serviços não especializados, além dos materiais com baixo custo, tais como álcool, água sanitária, sabão em pó etc., em linha com o precedente fixado pelo item 9.1.16 do Acórdão 1.214/2013 prolatado pelo Plenário do TCU na seguinte linha: (...) 9.1.16 deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática”. O colegiado anuiu ao entendimento do relator. [Grifou-se]. Acórdão 10049/2018 Segunda Câmara, Representação, Relator Ministro-Substituto André de Carvalho. Elaboração: Diretoria de Jurisprudência – Secretaria das Sessões”

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes à presente contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação estava previsto no item 1.20 do PCA2026 - Deliberação nº 163, de 19 de maio de 2025, como "PRORROGAÇÃO". Diante da negativa da empresa em prorrogar o contrato vigente, a Gerência de Recursos Logísticos providenciou um novo Documento de Inclusão de Demanda em que é solicitada a inclusão de contratação como "SUBSTITUIÇÃO".

A demanda está alinhada ao Planejamento Estratégico 2024-2030 da ANTT, de acordo com o Objetivo Estratégico 17 - Aprimorar o uso racional e sustentável dos recursos financeiros e logísticos.

A presente demanda observa, no que couber, as diretrizes do Plano Diretor de Logística Sustentável – PLS 2024-2027 da ANTT, em especial no que se refere ao aprimoramento das contratações com observância de critérios de sustentabilidade.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de serviços de copeiragem com fornecimento de insumos traz uma série de benefícios operacionais, administrativos e institucionais, contribuindo diretamente para a eficiência e qualidade do ambiente de trabalho. Nesse contexto, destacam-se os seguintes benefícios a serem alcançados:

A execução indireta dos serviços de copeiragem assegura maior profissionalização das atividades de apoio, garantindo que a preparação e distribuição de café, água e demais itens sejam realizadas de forma padronizada, higiênica e eficiente, por profissionais capacitados. Isso contribui para a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados no âmbito institucional.

A inclusão do fornecimento de insumos na contratação promove a centralização da gestão desses materiais, evitando desabastecimentos e reduzindo a necessidade de múltiplos processos de aquisição. Como consequência, há ganho de eficiência administrativa, redução de retrabalho e melhor controle de estoque, além de possibilitar maior previsibilidade dos custos envolvidos.

Outro benefício relevante é a otimização do tempo dos servidores e colaboradores, que deixam de desempenhar atividades acessórias relacionadas à organização de copa e preparo de bebidas, podendo concentrar seus esforços nas atividades finalísticas do órgão, em consonância com os princípios da eficiência e da economicidade.

Destaca-se também a melhoria das condições de trabalho e do ambiente organizacional, proporcionando maior conforto e bem-estar a servidores, colaboradores e visitantes, o que impacta positivamente na produtividade e na imagem institucional do órgão.

Sob o aspecto da gestão contratual, a contratação integrada (serviço + insumos) facilita o acompanhamento e a fiscalização, uma vez que concentra em um único fornecedor a responsabilidade pela execução completa do objeto, reduzindo riscos de falhas na prestação dos serviços e conflitos entre fornecedores distintos.

13. Providências a serem Adotadas

Não haverá necessidade de adequação no ambiente, uma vez que a Sede da ANTT, em Brasília/DF já possui infraestrutura física para a prestação dos serviços a serem contratados.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação de serviços de copeiragem com fornecimento de insumos pode gerar alguns impactos ambientais, especialmente relacionados ao consumo de recursos naturais e à geração de resíduos. Nesse sentido, é fundamental prever ações mitigadoras que reduzam tais impactos e promovam práticas sustentáveis no âmbito da execução contratual.

Entre os principais impactos ambientais, destaca-se a geração de resíduos sólidos, como copos descartáveis, embalagens de açúcar, adoçantes, café, chás e demais insumos utilizados diariamente. Para mitigar esse impacto, recomenda-se priorizar o uso de utensílios reutilizáveis (copos, xícaras e colheres), bem como a adoção de materiais recicláveis ou biodegradáveis quando o uso de descartáveis for inevitável. Além disso, deve-se incentivar a coleta seletiva, com a correta segregação e destinação dos resíduos.

Outro impacto relevante refere-se ao consumo de água, utilizado tanto no preparo de bebidas quanto na higienização de utensílios e ambientes. Como medida mitigadora, sugere-se a adoção de práticas de uso racional da água, como a utilização de equipamentos eficientes, a orientação dos profissionais quanto ao desperdício.

O consumo de energia elétrica também é um fator a ser considerado, especialmente pelo uso de cafeteiras e outros equipamentos. Para reduzir esse impacto, recomenda-se a utilização de equipamentos com maior eficiência energética, bem como a adoção de boas práticas operacionais, como o desligamento de equipamentos quando não estiverem em uso.

Há ainda impactos associados ao transporte e à logística de fornecimento dos insumos, que podem contribuir para a emissão de gases de efeito estufa. Como ação mitigadora, pode-se priorizar fornecedores que adotem práticas sustentáveis, utilizem rotas logísticas otimizadas e, sempre que possível, façam uso de veículos menos poluentes.

Adicionalmente, a escolha dos insumos pode impactar o meio ambiente, especialmente no caso de produtos com alto nível de processamento ou embalagens não sustentáveis. Nesse sentido, recomenda-se a preferência por produtos com certificações ambientais, embalagens recicláveis e fornecedores comprometidos com práticas sustentáveis.

Por fim, é importante prever ações de conscientização e capacitação dos profissionais envolvidos na execução dos serviços, de modo a incentivar práticas sustentáveis no dia a dia, contribuindo para a redução dos impactos ambientais e para a promoção de uma cultura organizacional alinhada à responsabilidade socioambiental.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Em virtude de todo o exposto, o presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução "Prestação de serviços de Copeiragem, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais e disponibilização de equipamentos para atendimento das demandas nas instalações ocupadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, em Brasília/DF, mostra-se necessária e viável tecnicamente, tendo em vista a imprescindibilidade da contratação e o adequado atendimento à demanda da Agência. Além do mais, os custos previstos são compatíveis e atendem à economicidade; os riscos envolvidos são administráveis; e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

Desse modo, a Equipe de Planejamento da Contratação declara a viabilidade desta contratação para atendimento da necessidade a que se destina, consoante disposto na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCIO XAVIER DE ARAUJO

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 11:42:23.

VINICIUS CARVALHO DE ARAUJO

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 13:06:24.

CANDIDA MACHADO PEREIRA OLIVEIRA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

PATRICIA CALDAS MONTEIRO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 11:39:42.